

<https://doi.org/10.26512/pl.v10i21.38751>

Artigo recebido em: 30/06/2021
Artigo aprovado em: 28/11/2021
Artigo publicado em: 12/01/2022

AS EMOÇÕES EM KANT SEGUNDO NANCY SHERMAN

THE EMOTIONS IN KANT ACCORDING TO NANCY SHERMAN

Hortênsia Teresa Tomaz da Silva¹

(hortensia.teresa@hotmail.com)

Resumo: A moralidade em Kant é compreendida como sendo aquela em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade. Na medida em que o sentido de moralidade em Kant é compreendido desse modo, é comum que interpretemos as emoções em Kant como não possuindo e não podendo possuir qualquer papel moral. No entanto, tal visão de que as emoções em Kant não possuem e não podem possuir qualquer papel moral tem mudado. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo será o de expor a defesa feita por Nancy Sherman no capítulo *The Place of Emotions* de que as emoções possuem um papel moral em Kant, expresso nas cinco alegações que serão apresentadas pela autora no referido capítulo.

91

Palavras-chave: Kant. Moralidade. Emoções. Alegações.

Abstract: Kant's morality is understood as that in which the individual has his will determined solely by the moral law, with the exclusion of any sensitive inclinations or feelings as the basis for determining the will. Insofar as Kant's sense of morality is understood in this way, it is common for us to interpret Kant's emotions as not having and not being able to have any moral role. However, such a view that emotions in Kant do not and cannot have any moral role has changed. In this sense, the aim of this article will be to expose the defense made by Nancy Sherman in the chapter *The Place of Emotions* that emotions have a moral role in Kant, expressed in the five claims that will be presented by the author in the chapter.

Keywords: Kant. Morality. Emotions. Claims.

INTRODUÇÃO

A moralidade em Kant é compreendida como sendo aquela em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900883325668557>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2433-3339>.



sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade do indivíduo. Com efeito, tal sentido de moralidade em Kant pode ser atestado, por exemplo, pela *GMS*, pela *KpV* e pela *MS*.²

No que diz respeito à *GMS* Kant irá apresentar dois conceitos que serão fundamentais para que possamos compreender o sentido de moralidade na citada obra, quais sejam, o conceito de boa vontade e o de dever. A boa vontade é compreendida na *GMS* como sendo boa tão-somente pelo querer, e justamente por isso ela terá um valor por si mesma. Com efeito, no que diz respeito à ação moral, quando afirmamos que o indivíduo agiu segundo uma boa vontade, isso irá significar, em suma, que tal indivíduo teve a sua vontade determinada unicamente pela lei moral.

O dever será apresentado por Kant por meio de duas proposições, denominadas de segunda e terceira proposições.³ Ambas as proposições irão afirmar, basicamente, que o agir por dever, isto é, o agir moral, é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade. Dessa maneira, tanto o conceito de boa vontade quanto o conceito de dever são fundamentais para que possamos compreender o sentido de moralidade na *GMS*, uma vez que tais conceitos advogam que o agir moral em tal obra é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral.

O sentido de moralidade enquanto sendo aquele em que o indivíduo é determinado unicamente pela lei moral também está presente na *KpV* e na *MS*, uma vez nesta primeira Kant irá afirmar, em suma, que a vontade deve ser determinada unicamente pela lei moral, independentemente de todo empírico, ou seja, de todo impulso sensível. E na *MS* Kant irá compreender o agir virtuoso, ou seja, o agir moral, como sendo aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, sem que para tanto tal indivíduo tenha sido determinado por inclinações sensíveis.

Na medida em que o agir moral em Kant é caracterizado como prescindindo de inclinações sensíveis ou sentimentos, é comum interpretarmos as emoções em Kant como não cumprindo e não podendo cumprir qualquer papel moral na filosofia prática⁴ de Kant, sob pena de subtrairmos o valor moral de uma ação. No entanto, o que devemos ter em mente, segundo alguns comentadores de Kant, é que a presença de inclinações sensíveis ou sentimen-

² As abreviaturas das obras de Kant utilizadas para o presente artigo serão as seguintes: *GMS* (*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten – Fundamentação da Metafísica dos costumes*); *KpV* (*Kritik der reinen Vernunft - Crítica da Razão Prática*), *MS* (*Die Metaphysik der Sitten – A Metafísica dos costumes*) e *Anth* (*Anthropologie in pragmatischer Hinsicht – Antropologia de um ponto de vista pragmático*).

³ Como veremos no presente artigo, Kant irá, aparentemente, suprimir a primeira proposição.

⁴ Ou seja, na sua filosofia moral.

tos em uma ação não subtrai o valor moral dessa mesma ação, desde que o dever tenha sido aquilo que determinou a vontade do indivíduo.⁵ Isto é, as inclinações sensíveis ou sentimentos apenas podem retirar o valor moral de uma ação na medida em que o indivíduo determina a sua vontade em função de tais elementos sensíveis e não da lei moral.

No entanto, a dita visão segundo a qual as emoções não possuem e não podem possuir qualquer papel moral em Kant tem mudado com as recentes contribuições de autoras como Nancy Sherman, Barbara Herman e Marcia Baron⁶, uma vez que tais autoras não apenas não veem uma contradição na presença de emoções em ações morais em Kant, como também atribuem um papel moral às emoções na filosofia prática do referido filósofo.

No que se refere ao presente artigo o objetivo do mesmo será o de expor a defesa feita por Sherman (1990) no capítulo *The Place of Emotions* do livro *Identity, Character, and Morality – Essays in Moral Psychology* (1990), de que as emoções possuem um papel moral em Kant, expresso nas cinco alegações que serão apresentadas pela autora. Tal papel, de acordo com tais alegações, será o de *faut de mieux*, ou seja, de uma moralidade provisória, de percepção, de atitude, estético e também será sustentado por Sherman na *alegação quinta* que as emoções podem apoiar a ação por dever em Kant desde que o agir moral do indivíduo seja regulado pelo próprio dever.

93

Em suma, o que Sherman parecerá fazer com as suas cinco alegações é atribuir às emoções em Kant um papel secundário de apoiar e promover ações morais, sem que com isso o dever deixe de ser aquilo que deverá determinar a vontade do indivíduo, uma vez que a própria Sherman reconhece que o que tem valor moral e incondicional para Kant é a pureza de uma boa vontade e a sua capacidade de ser determinada por um motivo não condicionado pela inclinação.

⁵ Henson e Herman, respectivamente em *What Kant Might Have Said: Moral Worth and the Overdetermination of Dutiful Action* (1979) e em *On the Value of Acting from the Motive of Duty* (1981) irão afirmar que a presença de inclinações sensíveis na ação moral em Kant não retira o valor moral da mesma, desde que o dever tenha sido aquilo que determinou a vontade do indivíduo.

⁶ Herman em *The Practice of Moral Judgment* (1993) irá afirmar que necessitamos de uma espécie de conhecimento moral antes de usarmos o procedimento do IC (imperativo categórico) para sabermos onde o julgamento moral é necessário. Esse entendimento ou conhecimento moral será um tipo de regra moral, denominado de regras de saliência moral (RMS). Segundo a autora na referida obra, as RMS exigirão o desenvolvimento de capacidades afetivas de resposta. Dessa maneira, sendo as RMS necessárias ao julgamento moral e sendo, por sua vez, as emoções necessárias às RMS (o que a autora supõe que sim), temos que Herman atribui às emoções um papel moral em Kant, mais especificamente o de nos auxiliar no nosso julgamento moral. E Marcia Baron em *Kantian Ethics Almost Without Apology* (1995) irá atribuir ao sentimento de simpatia o papel de nos incitar a realizar atos específicos de ajuda ao próximo na medida em que a simpatia poderia direcionar a nossa atenção para as necessidades das outras pessoas e para as maneiras como podemos socorrê-las. Portanto, ambas as autoras atribuem às emoções um papel moral.

1 O AGIR MORAL EM KANT

Podemos afirmar que o agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade. Tal sentido de moralidade em Kant fica claro, por exemplo, nas obras da *GMS*, da *KpV* e da *MS*.

Na *GMS* Kant irá apresentar dois conceitos fundamentais para que possamos compreender o sentido de moralidade na citada obra, quais sejam, o conceito de boa vontade e o conceito de dever. Kant irá afirmar na *GMS* que a boa vontade possui um valor em si mesma ou valor absoluto. Valor em si mesma, no contexto da *GMS*, irá significar que a boa vontade é boa tão-somente pelo querer, independentemente do que possa ser obtido por meio de tal boa vontade.

A boa vontade será afirmada por Kant na primeira seção como sendo aquilo que unicamente possui valor por si mesma. Acerca disso, Kant afirma: “Não há nada em lugar algum, no mundo e até mesmo fora dele, que se possa pensar como sendo irrestritamente bom, a não ser tão-somente uma boa vontade” (*GMS*, AA 04: AXVI). Para acentuar justamente a sua afirmação segundo a qual não há nada que possa ser irrestritamente bom a não ser tão-somente uma boa vontade, Kant irá contrapor a mesma com o que ele denomina de talentos da mente, propriedades do temperamento e dons da fortuna os quais são, respectivamente, entendimento e poder de julgar, coragem, decisão e persistência no propósito, poder, riqueza, honra, a própria saúde e o completo bem-estar e contentamento com o seu estado (a que damos o nome, segundo Kant, de felicidade).

O argumento de Kant ao contrapor a boa vontade com os talentos da mente, as propriedades do temperamento e os dons da fortuna gira em torno da ideia de que tais elementos são coisas “boas e desejáveis sob vários aspectos, mas podem também tornar-se extremamente más e nocivas, se não é boa a vontade que deve fazer uso desses dons da natureza” (*GMS*, AA 04: 392). Ou seja, o que em outros termos Kant afirma é que talentos da mente, propriedades do temperamento e dons da fortuna são sempre dependentes, para que possam vir a adquirir um valor por si mesmos (moralmente falando), da presença de uma boa vontade que faça uso desses dons da natureza (talentos da mente e também propriedades do temperamento). Dessa maneira, para que talentos da mente, propriedades do temperamento e dons da fortuna possam vir a adquirir um valor por si mesmos, a boa vontade deve estar presente no sentido de corrigir a influência de tais elementos citados no ânimo do indivíduo e, ao mes-

mo tempo, sobre todo o princípio do agir, tornando-os assim conformes a fins universais (Cf. *GMS*, AA 04: 392).

Com os dons da fortuna dá-se o mesmo. Poder, riqueza, honra, a própria saúde e o completo bem-estar e contentamento com o seu estado, a que damos o nome de *felicidade*, dão coragem e destarte também, muitas vezes, soberba, quando não há uma boa vontade para corrigir sua influência sobre o ânimo e, ao mesmo tempo, <sobre> todo o princípio do agir, tornando-os assim conformes a fins universais (*GMS*, AA 04: 392).

Na medida em que a boa vontade é boa tão-somente pelo querer isso irá significar, em se tratando de uma ação moral, que o indivíduo que age munido de uma boa vontade age em função unicamente da lei moral, sem que tal indivíduo tenha sido determinado a agir desse modo por quaisquer inclinações sensíveis.

O conceito de dever que, segundo Kant na *GMS*, contém em si o de boa vontade (Cf. *GMS*, AA 04: 397) será definido por Kant por meio de duas proposições⁷ denominadas de segunda e terceira proposições. A segunda proposição afirma que

95

Uma ação por dever tem seu valor moral *não no intuitu* a ser alcançado através dela, mas, sim, na máxima segundo a qual é decidida, logo não depende da realidade efetiva do objeto da ação, mas meramente do *princípio do querer*, segundo a qual a ação ocorreu, abstração feita de todos os objetos da faculdade apetitiva (*GMS*, AA 04: 399/400).

E a terceira proposição afirma que “*o dever é a necessidade de uma ação por respeito à lei*”.⁸

Com efeito, ambas as proposições afirmam, basicamente, que o agir por dever, isto é, o agir moral, é aquele em que o indivíduo age em função unicamente do respeito à lei moral, o que significa afirmarmos, em outras palavras, que o indivíduo teve a sua vontade determi-

⁷ Como já referido Kant não cita no texto da *GMS*, pelo menos explicitamente, qual seria a primeira proposição do dever. Com efeito, como Kant se refere às proposições do dever como segunda e terceira, devemos imaginar que tem que haver uma primeira proposição, como observam Schönecker e Wood (2014). No ponto 2.3.2 acerca das três proposições do dever, afirmam os autores que “Kant menciona explicitamente ‘uma segunda’ e uma ‘terceira’ proposições, e ele até escreve que a terceira proposição deve ser entendida como ‘consequência das duas anteriores’. Portanto, sem dúvida, também tem de haver uma ‘primeira’ proposição sobre o dever” (SCHÖNECKER & WOOD, 2014, p.59). Com efeito, os autores propõem uma resposta para o que seria a primeira proposição do dever, que os mesmos designam por (P1), que diz: “uma ação por dever é uma ação por respeito à lei; com isso é descrito o momento subjetivo do conceito de dever” (SCHÖNECKER & WOOD, 2014, p.88).

⁸ O respeito será definido por Kant na *GMS* como sendo “a consciência da *subordinação* de minha vontade a uma lei, sem mediação de outras influências sobre o meu sentido” (*GMS*, AA 04: 401). No que se refere à ação moral, quando afirmamos que o indivíduo agiu pelo respeito à lei moral isso significa que ele agiu tendo em vista unicamente o dever, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis enquanto fundamento de determinação da sua vontade.

nada unicamente pelo dever e, portanto, sem a influência de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos.

Dessa maneira, tanto o conceito de boa vontade quanto o de dever, por meio de suas proposições, são fundamentais para que possamos compreender o sentido de moralidade presente na *GMS*, uma vez que ambos os conceitos advogam, basicamente, que o agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, independentemente de elementos da sensibilidade.

O sentido de moralidade em Kant exposto acima será preservado na *KpV* e na *MS*.

Ora, se por **motivo** (*elater animi*) entender-se o fundamento determinante subjetivo da vontade de um ente, cuja razão não é, já por sua natureza, necessariamente conforme à lei objetiva, então disso se seguirá, primeiramente, que não se pode atribuir à vontade divina motivo algum, mas que o motivo da vontade humana (e da vontade de todo ente racional criado) jamais pode ser algo diverso da lei moral, por conseguinte que o fundamento determinante objetivo tem de ser sempre e igualmente o fundamento ao mesmo tempo subjetivamente suficiente da ação, desde que esta não deva satisfazer apenas a letra da lei sem conter o seu **espírito** (*KpV*, AA 05: 72).

O essencial de toda a determinação da vontade pela lei moral é que ela, enquanto vontade livre – por conseguinte, não apenas independentemente do concurso de impulsos sensíveis mas, mesmo com a rejeição de todos eles e pela ruptura com todas as inclinações, na medida em que pudessem contrariar aquela lei -, é determinada simplesmente pela lei (*KpV*, AA 05: 72).

E em *Da dedução das proposições fundamentais da razão prática pura* da *KpV* Kant afirma que

Esta Analítica demonstra que a razão pura pode ser prática – isto é, pode determinar por si a vontade independentemente de todo o empírico -, e isto na verdade mediante um *factum*, no qual a razão pura deveras se prova em nós praticamente, a saber, a autonomia na proposição fundamental da moralidade, pela qual ela determina a vontade ao ato (*KpV*, AA 05: 41).

A virtude, segundo Kant na *MS*, é “a força da máxima no cumprimento do dever” (*MS*, AA 06: 394). A virtude envolve uma “coerção segundo um princípio de liberdade interna, portanto, por meio da mera representação do seu dever segundo a lei formal do mesmo” (*MS*, AA 06: 383). O dever de virtude, dessa maneira, se “baseia somente numa autocoerção livre” (*MS*, AA 06: 383).

Ou seja, o agir virtuoso na *MS* implica, em outras palavras, que o indivíduo deve ter a sua vontade determinada meramente pela lei moral (dever) que ele esco-

lhe dar a si mesmo segundo um princípio da liberdade interna,⁹ isto é, sem que para tanto tal indivíduo tenha sido determinado por inclinações sensíveis ou sentimentos. Dessa maneira, agir virtuosamente na *MS* é o mesmo que agir moralmente, ou seja, é agir motivado unicamente pela lei moral.

O dever de virtude difere do dever jurídico essencialmente no seguinte: em que para este último é possível uma coerção externa, enquanto que aquele se baseia somente numa autocoerção livre. – Para seres finitos santos (aqueles que nem sequer podem ser tentados a violar o dever) não há doutrina da virtude, mas tão-somente doutrina dos costumes; esta última é uma autonomia da razão prática, enquanto que a primeira inclui, ao mesmo tempo, a autocracia da mesma, quer dizer, uma consciência da capacidade de dominar as próprias inclinações rebeldes à lei, isto é, uma consciência que, ainda que isso não seja diretamente perceptível, se infere correctamente do imperativo categórico da moral: de modo que a moralidade humana, no seu mais elevado grau, não pode ser, pois, senão virtude (...) (*MS*, AA 06: 383).

Uma vez que a moralidade em Kant é compreendida, como vimos na introdução, como sendo aquela em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral sem que, portanto, tal indivíduo tenha sido determinado a agir moralmente por inclinações sensíveis ou sentimentos, é recorrente que interpretemos as emoções em Kant como não cumprindo e não podendo cumprir qualquer papel moral, sob pena de subtrairmos o valor moral da ação.

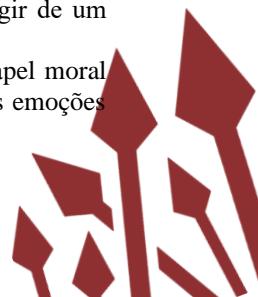
97

No entanto, o que devemos ter em mente é que a presença de inclinações sensíveis ou sentimentos na ação moral não é capaz de subtrair, por si só, o valor moral de uma ação, como já constataram comentadores como Henson e Herman, uma vez que tais elementos sensíveis apenas são capazes de retirar o valor moral de uma ação na medida em que são postos pelo indivíduo como fundamento de determinação da sua vontade. Ou seja, podemos ter a presença de inclinações sensíveis ou sentimentos em uma ação moral em Kant, desde que o dever tenha sido aquilo que determinou a vontade do indivíduo.

Com efeito, tal visão de que as emoções não cumprem e não podem cumprir qualquer papel moral em Kant tem mudado¹⁰ com as recentes contribuições de autoras como Nancy Sherman, Barbara Herman e Marcia Baron, que não apenas não veem contradição na presença de emoções em Kant como também atribuem às mesmas (às emoções) um papel moral na

⁹ Por isso, ou seja, por escolher dar a si mesmo uma lei segundo a qual se deverá agir podemos entender uma autocoerção livre. É uma autocoerção na medida em que é o próprio indivíduo que “se obriga” a agir de um determinado modo, no caso, segundo o que determina a lei moral.

¹⁰ Corroborando a afirmação de que a imagem segundo a qual as emoções não cumprem qualquer papel moral em Kant tem mudado Borges (2018) irá afirmar que a filosofia prática de Kant tem um lugar para as emoções (*Cf.* BORGES, 2018, p.15).



filosofia prática do referido filósofo. Nesse sentido, veremos na seção a seguir a defesa levada a cabo por Sherman no capítulo *The Place of Emotions* de que as emoções possuem um papel moral em Kant, que será expresso por meio das cinco alegações que serão apresentadas pela autora no referido capítulo.

2 AS EMOÇÕES EM KANT SEGUNDO NANCY SHERMAN

Nancy Sherman (1990) no capítulo *The Place of Emotions* do livro *Identity, Character, and Morality – Essays in Morality Psychology* irá apresentar cinco alegações inter-relacionadas que muito embora, segundo a autora, tenham surgido da consideração de vários textos de Kant, a mesma acredita que tais alegações possam ter a sua “casa” na GMS. Em geral, de acordo com Sherman, as alegações apresentadas pela mesma podem ser consideradas como separando diferentes papéis instrumentais que as emoções desempenhariam no agente motivado pelo dever em Kant (SHERMAN, 1990, p.157).

A evidência geral, a partir de tais alegações, seria a de que as emoções poderiam promover e apoiar ações moralmente interessadas, alertando-nos para um intervalo apropriado de ocasiões e permitindo-nos realizar os fins exigidos de maneiras efetivamente louváveis. Por sua vez, a moralidade regularia as emoções ao condicionar a ela o que é permitido e exigido (SHERMAN, 1990, p.162). As etapas que a autora seguirá serão basicamente as seguintes: (1) em primeiro lugar Sherman irá afirmar que há evidência intuitiva para a afirmação de que as emoções são relevantes em nossa avaliação moral do ponto de vista do senso comum; (2) em segundo lugar Sherman irá tentar acomodar tal visão de que as emoções são importantes em nossa avaliação moral do senso comum na moralidade kantiana e irá apresentar, embora de forma ainda sucinta, as cinco alegações mencionadas no início do presente artigo e (3) por último, a autora irá analisar de forma mais detida as alegações apresentadas pela mesma. O presente artigo, no entanto, irá abranger apenas as etapas 1 e 2 descritas acima.

2.1 A Acomodação Kantiana segundo Sherman

De acordo com Sherman, há evidência intuitiva para afirmarmos que as emoções são relevantes em nossa avaliação moral do senso comum. Estaríamos inclinados a encontrar algo moralmente ausente no indivíduo que age com base nos princípios



corretos, mas com uma atitude ou comportamento emocional inapropriado (SHERMAN, 1990, p.153).

Tendo em vista tal afirmação, o que Sherman irá fazer em a *Acomodação Kantiana* e na *apresentação das cinco alegações* é justamente tentar mostrar que, assim como ocorre na avaliação moral do ponto de vista do senso comum, as emoções também importam na avaliação moral em Kant, uma vez que as emoções cumpririam diferentes papéis, expressos por cinco alegações, na promoção e apoio de ações morais. E para que as emoções possam cumprir algum papel na moralidade kantiana será essencial que Sherman refute a ideia de que somos escravos das nossas próprias inclinações sensíveis, o que será feito nos parágrafos abaixo antes da apresentação das alegações.

Sherman observa que o que tem valor moral e incondicional para Kant é a pureza de uma boa vontade e a sua capacidade de ser determinada por um motivo não condicionado pela inclinação. E esse motivo é o dever (SHERMAN, 1990, p.154). O dever é um princípio que deve ser válido universalmente. Em razão do dever ser um princípio universal, as inclinações, que são contingentes, são independentes da boa vontade e muitas vezes parecem ser sua inimiga natural. Desse modo, há para Sherman a ideia de uma confrontação entre a boa vontade e as inclinações (SHERMAN, 1990, p.154).

99

Toda a força só é reconhecida pelos obstáculos que é capaz de superar, mas, no caso da virtude, os obstáculos são as inclinações naturais, que podem entrar em conflito com a intenção moral, e, dado que é o homem ele próprio quem coloca estes obstáculos às suas máximas, a virtude não é somente uma autocoerção (...) (MS, AA 06: 394).

Os impulsos da natureza contêm, pois, no espírito do ser humano obstáculos ao cumprimento do dever e forças (em parte, poderosas) que a tal opõem resistência, forças essas que o homem tem de se julgar capaz de combater e vencer através da razão, não apenas no futuro, mas desde já (em concomitância com a noção do dever): quer dizer, poder aquilo que a lei incondicionalmente ordena que deve fazer (MS, AA 06: 379).

Ora, a capacidade e o propósito deliberado de se opor a um adversário poderoso, mas injusto, é a coragem (*fortitudo*) e, em relação ao adversário da atitude moral que existe em nós, é virtude (*virtus, fortitudo moralis*) (MS, AA 06: 379).

Segundo Sherman, muito embora uma relação de confrontação entre as inclinações e a boa vontade seja observada não apenas na *MS*, mas em outras obras de Kant, não é preciso concluir com isso que todas as inclinações são obstáculos a serem superados por uma vontade moralmente decidida nem que a vontade moralmente boa



deva ter como condição de sua bondade a superação das inclinações. Uma leitura alternativa que poderia ser feita é que a boa vontade é tornada mais evidente quando esta está em luta contra as inclinações (SHERMAN, 1990, p.154). E essa seria a interpretação que Kant fornece na *GMS*.

Um princípio subjetivo segundo o qual temos pendor e inclinação a poder agir, mas não um princípio objetivo, segundo o qual estariamos orientados a agir ainda que a isso se opusesse todo o nosso pendor, inclinação e constituição natural, de tal sorte que ele prova tanto mais a sublimidade e dignidade intrínseca do mandamento em um dever, quanto menos as causas subjetivas sejam a favor e quanto mais sejam contra (...) (*GMS*, AA 04: 425).

De acordo com Sherman, nas passagens da *Anth* sobre afecções e paixões a imagem de confronto da boa vontade com as inclinações também é reforçada.

A afecção pode ser vista como a bebedeira que se cura dormindo, mas que depois dá dor de cabeça; a paixão, porém, como uma doença causada por ingestão de um veneno ou como uma atrofia, que necessita interna ou externamente de um alienista que saiba prescrever quase sempre paliativos, mas contra a qual no mais das vezes não remédios radicais (*Anth*, AA 07: 253).

100

A afecção abole momentaneamente a liberdade e o domínio sobre si mesmo. A paixão renuncia a eles e encontra seu prazer e satisfação no servilismo. Visto, não obstante, que a razão não cessa de convocar a liberdade interna, então o infeliz suspira em seus grilhões, dos quais, entretanto, não pode se arrancar, porque estão por assim dizer, intimamente atados a seus próprios membros (*Anth*, AA 07: 267).

Como foi possível vermos pelas passagens acima, segundo Sherman tanto a afecção quanto a paixão prejudicam (em tese) a liberdade e o autodomínio. Dessa maneira, com base nesse tipo de evidência, as emoções passariam tradicionalmente a ser consideradas como fontes instáveis e incertas de motivação moral. Além da ideia de uma confrontação entre a boa vontade e as inclinações, as passagens acima não raro transmitem a ideia de que os homens são escravos das suas próprias inclinações. Não obstante tal visão, segundo Sherman claramente não é a visão de Kant de que somos escravos de todas as nossas experiências emocionais ou necessariamente agimos como vítima. Em uma gama de respostas patológicas, experimentaríamos emoções sem necessariamente sermos oprimidos ou cegos pela sua fúria. O fato de que as emoções seriam estados de ação (formas de ser afetado, *pathé* em grego), não significaria que tais emoções deveriam ser involuntárias. Ou seja, a ideia de Sherman é a de que ainda que as emoções possam ser estados passivos, elas estão, até



certo grau, dentro do nosso escopo de controle, pois existiriam papéis que poderíamos desempenhar para influenciar a maneira como somos afetados.

A alguém que entra irado em vosso aposento para vos dizer palavras duras com veemente indignação, fazeio-o cortesmente se sentar: se vos sairdes bem nisso, a reprimenda dele será mais branda, porque a comodidade de estar sentado é um relaxamento que certamente não combina com os gestos ameaçadores e os gritos de quando se está em pé (*Anth*, AA 07: 253).

Segundo Sherman, a citação acima sugere que existem várias estratégias para influenciar os nossos estados mentais. A postura de uma pessoa, esteja ela sentada ou em pé, relaxada ou tensa, afetaria a maneira como ela interpreta as circunstâncias e consequentemente como reage emocionalmente. Para a autora, as emoções naturais em Kant podem ser cultivadas e sugere-se que há certa responsabilidade em seu cultivo.

Se as emoções estariam, até certo ponto, dentro do escopo do nosso controle uma vez que existiriam papéis que poderíamos exercer para influenciar a maneira como somos afetados, então podemos afirmar que temos um papel ativo com relação às nossas emoções. Segundo Sherman, essa noção de assumir um papel ativo no controle de nossas emoções emerge com força da distinção que Kant traça entre sensibilidade e sentimentalismo.¹¹ Isso porque a sensibilidade implica uma escolha por parte do indivíduo de deixar-se afetar ou não pelo prazer e o desprazer, ou mantê-los longe da mente. Enquanto que o sentimentalismo, ou suscetibilidade segundo a tradução de Clélia Martins, representa uma fraqueza em que o indivíduo se deixa ser afetado mesmo contra a sua vontade.

A *sensibilidade* <*Empfindsamkeit*> não é contrária àquela equanimidade. Pois é uma *faculdade* e uma força, de aceitar tanto o estado de prazer quanto de desprazer, ou também de mantê-los longe da mente e, por isso, ela tem uma escolha. Em compensação a *suscetibilidade* <*Empfindleid*> é uma fraqueza, de se deixar afetar mesmo contra a vontade, porque se compartilha o estado de espírito dos outros, os quais podem, por assim dizer, jogar ao bel-prazer com o órgão do indivíduo suscetível. A primeira é máscula, pois o homem que quer poupar pesares ou dor a uma mulher ou a uma criança precisa ter de participar do sentimento destas tanto quanto é necessário para julgar o sentimento dos outros, não por *sua* força, mas pela fraqueza deles, e a delicadeza do seu sentimento é necessária à generosidade. Pelo contrário, a participação inativa do seu sentimento, para que este seja uma ressonância simpatética ao sentimento dos outros e, assim, se seja afetado apenas de maneira passiva, é tola e pueril (*Anth*, AA 07: 236).

¹¹ A edição da *Anth* traduzida por Clélia Martins utilizada para o presente artigo traduz <*Empfindsamkeit*> e <*Empfindleid*> por sensibilidade e suscetibilidade, respectivamente. Enquanto que Sherman traduz ambos os termos por sensibilidade e sentimentalismo, respectivamente.

De acordo com Sherman, o ponto de Kant com a passagem acima parece ser este: há uma maneira de ser afetado pelo bem-estar dos outros que é compatível com a disposição para se preocupar com certos tipos de circunstâncias (SHERMAN, 1990, p. 156). Ou seja, Kant estaria chamando a atenção na passagem acima para uma espécie de entendimento moral ou percepção de como outros indivíduos se sentem e o que eles necessitam em termos de ajuda, existindo a sugestão adicional de que a informação é transmitida por meio das emoções. Isto é, sugere-se que por meio da comunicação de emoções podemos ter um entendimento ou percepção moral acerca do estado do outro e do que ele necessita em termos de ajuda (SHERMAN, 1990, p.156). Segundo Sherman, é importante notar que a passagem citada mostra claramente que a racionalidade não é necessariamente atrapalhada pelas emoções, uma vez que estas podem ser controladas, cultivadas e manipuladas pela vontade.¹²

Sherman irá afirmar que até certo ponto as alegações que serão apresentadas representam tentativas de lidar com as observações sugestivas que Kant faz no primeiro capítulo da *GMS*.

Algumas propriedades são até favoráveis a essa boa vontade e podem facilitar muito sua obra, contudo não têm qualquer valor intrínseco incondicional, mas pressupõe sempre ainda uma boa vontade, que restringe, aliás, com razão, a alta estima em que são tidas e não permite tê-las como absolutamente boas. A moderação nos afetos e paixões, o autodomínio e a sóbria deliberação não somente são coisas boas sob muitos aspectos, mas parecem até mesmo constituir uma parte do valor *intrínseco* da pessoa; só que, por mais incondicionalmente louvados que tenham sido pelos antigos, falta muito ainda para declará-los sem restrição como bons (*GMS*, AA 04: 392/394).

De acordo com Sherman, a passagem acima não faz nenhuma menção específica de disposições emocionais. Na passagem, aponta a autora, talentos da mente, qualidades do temperamento e dons da fortuna são descritos como bens condicionados que requerem a regulação de uma boa vontade, ou uma vontade motivada pelo dever (SHERMAN, 1990, p. 157).

No entanto, Sherman argumenta que se alargássemos a classe de bens para incluir as emoções, como Kant teria feito em outras obras, então a passagem citada da *GMS* sugeriria o que muitas vezes foi negado em uma primeira leitura de Kant, a saber, que as emoções poderiam apoiar os motivos do dever e que elas poderiam receber um status moral condicionado (SHERMAN, 1990, pp. 157-158).

¹² “I shall return to this passage to ask how willing Kant is ultimately to acknowledge this sort of sensitivity as itself a kind of moral response. But in the meaning it is important to note that the passage shows clearly that emotions are not necessarily unruly disruptors of rationality. They can be controlled, cultivated, manipulated by the will” (SHERMAN, 1990, p.157).

2.2 A apresentação das alegações em Sherman

Segundo Sherman, podemos distinguir cinco alegações que expressam papéis que seriam cumpridos pelas emoções em Kant.

2.2.1 A alegação *faut de mieux*:

De acordo com essa primeira alegação, o cultivo e a expressão apropriada de certos tipos de emoções constituem um tipo de moralidade provisória. É uma moralidade de tipo inferior, infantil, que acabará por ser substituída no progresso individual.¹³ Ou seja, de acordo com a presente alegação certos tipos de emoções podem substituir o dever moral quando este por si só não for suficiente para a realização daquilo que o dever exige.

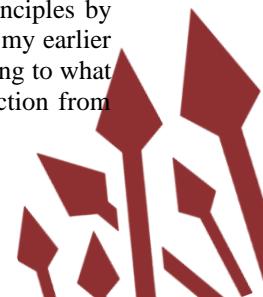
2.2.2 A alegação *perceptiva*:

A alegação perceptiva advoga que certos tipos de emoções, tais como simpatia, compaixão e amor nos permitem aplicar os princípios morais alertando-nos sobre as circunstâncias que têm uma dimensão moral e que podem, por isso, exigir ação. Nesse sentido, a alegação perceptiva cumpre o papel de chamar a nossa atenção para o que é moralmente saliente. Segundo Sherman, em Kant temos o dever condicionado de cultivar essas emoções na medida em que elas apoiam o dever.¹⁴ Como apoio a essa última afirmação, Sherman irá citar a afirmação feita por Kant na Doutrina da Virtude da *MS* segundo a qual devemos cultivar em nós próprios os sentimentos naturais (estéticos) de compaixão e utilizá-los como meios para a participação ativa no destino do outro, pois tais sentimentos foram implantados em nós pela natureza a fim de que façamos aquilo que o dever por si só não nos conduziria a fazer (*MS*, AA 06: 457).

Para Sherman, se temos um interesse prático na lei moral e nas suas esferas de justiça e virtude, então as emoções patológicas são necessárias para que saibamos quando e onde o fim moral é apropriado. Para que um interesse prático na lei moral pudesse ser verdadeira-

¹³ Borges (2012) conclui, com base em tal alegação de Sherman, que o sentimento de simpatia seria um sentimento provisório que poderia auxiliar na realização de boas ações, quando o sentimento de respeito pela lei moral ainda não se encontra suficientemente desenvolvido no indivíduo (BORGES, 2012, p.112-113).

¹⁴ “Certain sorts of emotions, such as sympathy, compassion, and love, enable us to apply moral principles by alerting us to circumstances that have a moral dimension and may require moral action. According to my earlier discussion, emotions serve as perceptual modes of response. They are modes of discerning and attending to what is morally salient. We have a conditional duty to cultivate these emotions insofar as they support action from duty. Derivative moral worth will depend upon this relation” (SHERMAN, 1990, p.158).



mente prático, tal interesse deveria funcionar por meio de sensibilidades emocionais (patológicas).

2.2.3 A alegação de atitude:

A alegação de atitude tem o seu foco não em localizar quando e onde o dever é exigido, como acontece com a alegação perceptiva, mas em realizar um fim recomendado ou exigido com o tipo certo de atitude emocional. Dessa maneira, parte do que se deveria fazer moralmente é cultivar certas atitudes e disposições, simpatia em vez de ressentimento ou repulsa pelos doentes, uma alegre prontidão para ajudar e encontrar maneiras de ajudar.

A ideia é a de que as emoções desempenhariam um papel na comunicação aos outros do interesse e preocupação do agente. Segundo Sherman, mesmo que a ação tenha um papel predominante na ação moral, o tom emocional de uma ação pode fazer a diferença moral. A ação que é insensível poderia simplesmente não ser recebida da mesma maneira que a ação transmitida com mais cuidado, muito embora o tom emocional nem sempre possa ser o ponto. Se alguém está sangrando muito, por exemplo, uma ação útil pode ser simplesmente estancar o sangramento, qualquer que seja o tom emocional utilizado para tanto. O tom emocional seria normalmente importante em como confortamos uma criança, como prestamos serviços voluntários a um estudante ou como mostramos nossa vontade em ajudar um colega que precisa dos nossos recursos, por exemplo. Segundo Sherman, o objetivo de ajudar em muitos desses casos é assegurar ao outro que nos preocupamos em mostrar paciência, lealdade, consideração e empatia (SHERMAN, 1990, pp. 150-151).

Sherman observa que o que está em questão com o tom emocional é a atitude que transmitimos. A atitude afetiva pareceria ter algo a ver com a avaliação moral da ação. Se o tom da recusa de alguém em ajudar outra pessoa é arrogante ou cortês, grosseiro ou gentil, faria diferença na avaliação moral da sua resposta (de quem recusou ajudar). Mesmo que a sua atitude não fosse censurável, a atitude que expressaria tal omissão poderia ser.

Quando alguém faz uma escolha entre reivindicações concorrentes, embora alguém pudesse não ser culpado por não atender a uma reivindicação, ainda assim o agente poderia demonstrar arrependimento. Esse arrependimento denotaria certo grau de responsabilidade. O arrependimento seria uma forma de mostrar compromisso quando uma ação fosse impossível.



A presença do arrependimento, segundo Sherman, nos diz algo adicional sobre o caráter moral do agente, pois ele sinalizaria uma consciência da complexidade da vida moral e da dificuldade de fazer escolhas sábias em circunstâncias restritas.

Em alguns casos, a presença ou ausência de arrependimento, segundo Sherman, poderia afetar de maneira crucial a avaliação moral de uma resposta. Por exemplo, para que alguém liberte a sua família que se encontra refém de um tirano possa ser que tal indivíduo tenha que realizar um ato hediondo. Esses seriam casos de mãos sujas onde um agente deve ferir para ajudar, matar inocentes para salvar outras vidas e violar um dever não qualificado para cumprir outro. Em tais situações de mãos sujas se o agente não experimentasse pesar ou perda ao realizar um ato hediondo pareceria faltar uma avaliação moral adequada da complexidade das circunstâncias.

De acordo com Sherman, o arrependimento é recomendado de uma forma secundária na medida em que ele sensibiliza o agente para o tipo de reivindicação que poderia ser cumprida pela ação. Ou seja, a presença do arrependimento nos diria que uma determinada reivindicação importaria para o agente. Caso uma determinada reivindicação não tivesse sido atendida em um determinado momento, uma intenção apropriada poderia ser formulada para a próxima vez, bem como uma intenção de reparação.

105

Sherman observa que ainda que o arrependimento não leve a nenhuma compensação no presente ou na ação futura, um agente que experimenta arrependimento por ter que deixar uma reivindicação não feita por causa de reivindicações concorrentes, por exemplo, é moralmente mais admirável do que aquele que não apresenta tal arrependimento. Fazer a opção de não sentir nenhum arrependimento no caso de uma reivindicação não atendida talvez seja o sinal de um caráter moralmente indiferente (SHERMAN, 1990, p. 152).

2.2.4 A alegação estética:

A alegação estética afirma que as emoções são cultivadas essencialmente como ornamentos estéticos que tornam a moralidade mais atraente para a humanidade.

Por insignificantes que possam parecer essas leis da humanidade refinada, principalmente se comparadas com as leis morais puras, tudo o que promove a sociabilidade, ainda que só consista em máximas ou maneiras de agradar, é um traje que veste vantajosamente a virtude, que deve ser recomendado a esta última inclusive de um ponto de vista sério. – O *purismo do cínico* e a *mortificação da carne* do anacoreta, sem bem-estar social, são formas desfiguradas de virtude e não con-

vidam para esta: ao contrário, abandonados pelas Graças, não podem aspirar à Humanidade (*Anth*, AA 07: 282).

De acordo com Sherman, a atitude afetiva e os gestos vestem a virtude. Eles animam o modelo moral e apresentam a virtude de uma maneira mais agradável. Eles tornariam mais atraente uma moralidade que em sua forma mais pura pode ganhar menos aderentes. O dever deveria ser transmitido por meio de máximas que incorporem afeto, uma vez que o dever seria promovido de maneira mais eficaz desse modo (SHERMAN, 1990, p. 161).

2.2.5 A alegação quinta

A quinta alegação irá afirmar o dever como sendo uma restrição reguladora que justifica que o indivíduo possa agir com base em emoções como compaixão ou amizade, desde que tais emoções sejam reguladas pelo dever. Ou seja, as inclinações podem apoiar a ação por dever, mas apenas dentro dos limites estabelecidos pelo próprio dever.¹⁵

106

Segundo Sherman, o dever estabelece condições de permissibilidade na busca de outros motivos, bem como prescreve o que é necessário, quaisquer que sejam nossos motivos para a ação. E O valor de outras atividades deverá ser limitado pelo valor incondicional da moralidade (SHERMAN, 1990, pp. 161-162).

Em suma, para concluir a exposição feita por Sherman, podemos afirmar que o que a autora procurou fazer com suas cinco alegações foi conferir às emoções em Kant um papel secundário de apoio e promoção de ações morais, sem com isso fazer com que o dever moral deixe de ser aquilo que deverá determinar a vontade do indivíduo, uma vez que a própria Sherman reconhece que o que tem valor moral e incondicional para Kant é a pureza de uma boa vontade e a sua capacidade de ser determinada por um motivo não condicionado pela inclinação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi afirmado que o agir moral em Kant é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou

¹⁵ “Cutting through these various instrumental claims is the view of duty as a *regulative constraint* that reasons for an agent to act based on emotions such as compassion or friendship are permissible so long as they are constrained by a motive of duty. That is, inclinations can support acting from duty but only within boundaries set by duty” (SHERMAN, 1990, p.161).

sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade, sendo tal sentido de moralidade atestado por obras como a *GMS*, a *KpV* e a *MS*.

No que tange à *GMS* foram apresentados dois conceitos fundamentais para que pudéssemos compreender o sentido de moralidade em tal obra, quais sejam, o conceito de boa vontade e o conceito de dever. Com efeito, tais conceitos deixaram claro que o agir moral na referida obra é aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, com a exclusão de quaisquer inclinações sensíveis ou sentimentos enquanto fundamento de determinação da vontade.

E no que respeita à *KpV* e à *MS* foi mostrado que nesta primeira Kant afirma que a vontade deve ser determinada unicamente pela lei moral, independentemente de todo empírico e, portanto, de qualquer impulso sensível. E na *MS* também foi mostrado que Kant comprehende o agir virtuoso, ou seja, o agir moral, como sendo aquele em que o indivíduo tem a sua vontade determinada unicamente pela lei moral, sem que o indivíduo tenha sido determinado por elementos da sensibilidade.

Foi observado que na medida em que o agir moral em Kant é compreendido como prescindindo de inclinações ou sentimentos, é comum acreditarmos que as emoções não cumprem e não podem cumprir qualquer papel moral na filosofia prática de Kant, sob pena de subtrairmos o valor moral de uma ação. No entanto, como vimos, o que devemos ter em mente, segundo alguns comentadores, é que a presença de inclinações ou sentimentos não subtrai o valor moral de uma ação, desde que o dever tenha sido aquele que determinou a vontade do indivíduo. Ou seja, as inclinações ou sentimentos apenas retiram o valor moral de uma ação na medida em que o indivíduo determina a sua vontade em função de tais elementos sensíveis e não da lei moral.

Foi afirmado que a visão segundo a qual as emoções não cumprem e não podem cumprir qualquer papel moral em Kant tem mudado com as recentes contribuições de autoras como Nancy Sherman, Barbara Herman e Marcia Baron, as quais não apenas não veem contradição na presença de emoções em Kant como também atribuem às mesmas um papel moral na filosofia prática do referido filósofo.

Nesse sentido, no que diz respeito ao presente artigo, o objetivo do mesmo foi o de expor a defesa feita por Sherman em *The Place of Emotions* do livro *Identity, Character, and Morality - Essays in Moral Psychology* de que as emoções possuem um papel moral em Kant, expresso nas cinco alegações que foram apresentadas pela autora. Tal papel, de acordo com as alegações que foram apresentadas, corresponde ao papel de *faut de*

mieux, ou seja, de uma moralidade provisória, de percepção, de atitude, estético, e na *alegação quinta* foi afirmado que as emoções podem apoiar o agir moral do indivíduo, desde que tal agir tenha sido regulado pelo dever.

Em suma, o que Sherman procurou fazer com suas cinco alegações foi atribuir às emoções em Kant um papel secundário de apoiar e promover ações morais, sem com isso fazer com que o dever deixe de ser aquilo que deverá determinar a vontade do indivíduo, uma vez que a própria Sherman reconhece que o que tem valor moral e incondicional para Kant é a pureza da boa vontade e a sua capacidade de ser determinada por um motivo não condicionado pela inclinação.



REFERÊNCIAS

- ALLISON, Henry E. *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge University Press, 1990.
- BARON, Marcia. *Kantian Ethics Almost Without Apology*. Cornell University Press, 1995.
- BORGES, Maria de Lourdes. *Razão e Emoção em Kant (Coleção Dissertatio de Filosofia)*. Editora e Gráfica Universitária, 2012.
- BORGES, Maria de Lourdes. Emoção, Razão e Ação em Kant. *Studia Kantiana*, v.16, n.2, agosto 2018, pp.5-18.
- HENSON, Richard G. What Kant Might Have Said: Moral Worth and the Overdetermination of Dutiful Action. *The Philosophical Review*, v.88, n.1, janeiro 1979, pp. 39-54.
- HERMAN, Barbara. On the Value of Acting from the Motive of Duty. *The Philosophical Review*, v.90, n.3, julho 1981, pp. 359-382.
- HERMAN, Barbara. *The Practice of Moral Judgment*. Harvard University Press, 1993.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução, introdução e notas de Guido Antônio de Almeida. Barcarolla/Discurso, 2009.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Tradução, introdução e notas de Valerio Rohden. Martins Fontes, 2017.
- KANT, Immanuel. *A Metafísica dos Costumes*. Tradução, apresentação e notas de José Lamego. Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tradução de Clélia Aparecida Martins. Iluminuras, 2020.
- SHERMAN, Nancy. The Place of Emotions. In: FLANAGAN, Owen; RORTY, Amélie Oksenberg (Org.). *Identity, Character, and Morality (Essays in Moral Psychology)*. The MIT Press, 1990.
- SCHÖNECKER, Dieter; WOOD, Allen. A “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” de Kant: Um comentário introdutório. Tradução de Robinson dos Santos. Loyola, 2014.